

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PE

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 9079620110000919000010/2026-75

2. Descrição da necessidade

2.1 Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa demonstrar a viabilidade e a necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização realizados periodicamente nas dependências do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – CRC-PE, como medida preventiva e contínua de controle integrado de vetores e pragas urbanas nas áreas internas e externas do edifício do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRCPE), situado na Rua Carlos Gomes, nº 481, bairro do Prado Recife/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no processo de contratação.

2.2. A necessidade decorre da própria natureza das atividades desenvolvidas pelo CRCPE, que envolve atendimento frequente ao público, circulação de servidores, colaboradores, conselheiros e visitantes, exigindo ambientes salubres e em conformidade com as normas sanitárias vigentes. A ausência ou descontinuidade desses serviços pode resultar na proliferação de pragas urbanas, tais como insetos rasteiros, insetos alados e roedores, trazendo riscos à saúde humana, ao funcionamento das atividades administrativas e à integridade da estrutura física do prédio.

2.3. O ETP está alinhado com o Plano de Contratações Anual (item 67) e vinculado ao:

- Projeto: 5008 MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA
- Conta-Contábil: 6.3.1.3.02.01.030 MANUTENÇÃO E CONSERV. DOS BENS IMÓVEIS

2.4. Ressalta-se que o CRCPE já adota periodicamente ações de dedetização, sendo esta contratação necessária para assegurar a continuidade dessas ações de manutenção preventiva, evitando intervenções emergenciais, que tendem a gerar maiores custos e impactos operacionais.

2.5. O serviço é considerado comum, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no neste ETP e TR, por meio de especificações usuais de mercado.

2.5.1. A prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, embora exija qualificação técnica especializada e uso de produtos controlados, é executada segundo metodologias e técnicas padronizadas (ex: aplicação de iscas, gel, pulverização, monitoramento, emissão de certificado), independentemente do porte da empresa.

2.5.2. O grau de complexidade do serviço permite a comparação objetiva entre as propostas dos licitantes, sendo o principal critério de julgamento o menor preço, o que é característico de serviços comuns.

2.6. A presente contratação tem por finalidade atuar de forma preventiva e corretiva no combate às pragas, insetos e ratos, proporcionando melhorias nas condições de limpeza e higiene no ambiente de trabalho dos funcionários, prestadores de serviços, colaboradores e usuários do Conselho, com o objetivo de garantir condições sanitárias adequadas, prevenir riscos à saúde dos colaboradores e do público, bem como preservar o patrimônio físico da sede do CRCPE.

2.7. O serviço de controle de pragas (desinsetização, desratização e descupinização) é essencial para a manutenção das condições sanitárias adequadas. Sua interrupção leva ao risco de proliferação de vetores e pragas urbanas (ratos, insetos, aracnídeos), comprometendo a saúde e o bem estar dos ocupantes do Conselho e a preservação do patrimônio (móveis, arquivos, equipamentos).

2.8. A contratação é necessária para atender às normas de saúde e vigilância sanitária aplicáveis a ambientes de trabalho coletivo, garantindo um ambiente de trabalho seguro e salubre.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ADMINISTRATIVA	CYNTHIA MARIA BEZERRA FERRAZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação foram definidos considerando a natureza do serviço a ser contratado, caracterizado como serviço comum, de execução periódica e preventiva, destinado à manutenção das condições de higiene, salubridade e conservação das instalações do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco– CRCPE.

4.2. Os requisitos estabelecidos buscam assegurar a efetividade da prestação dos serviços, a segurança dos usuários, o atendimento às normas sanitárias vigentes e a economicidade da contratação, sem impor exigências desnecessárias que restrinjam a competitividade do certame.

4.3. Os serviços serão realizados nas dependências do edifício sede do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRCPE), em Recife/PE, em data e horário a ser determinado conforme as necessidades da CONTRATANTE e em consonância as tratativas com a CONTRATADA.

4.4. A Contratada deverá atender às demandas mediante o fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas no ETP, Termo de Referência (TR), Contrato e demais peças licitatórias/contratuais pactuadas, observando as rotinas administrativas determinadas pela CONTRATANTE.

4.5. Os serviços deverão ser executados de forma trimestral para os serviços de Desinsetização, Desratização, e semestralmente para os serviços de Descupinização conforme cronograma definido pela Administração, observando-se as normas sanitárias e de segurança aplicáveis:

4.5.1 Desinsetização, Desratização:

- a) Combater os insetos alados pulverizando nos ambientes escuros e nos entulhos com o produto apresentado na proposta;
- b) Identificar e aplicar os produtos nos focos;
- c) Orientar os usuários, acerca da melhor forma de evitar a proliferação dos insetos;
- d) Dedetizar todos os ambientes internos e área externa do Conselho, através de pulverizadores com o produto líquido adequado e ofertado;
- e) Polvilhar com pó químico as tubulações, eletrodutos, caixas de passagens e quadros e onde passem fios de eletricidade, telefonia e informática;
- f) Aplicar gel em todos os componentes eletro/eletrônicos e em qualquer outro que requeira o gel, em todos os ambientes;
- g) Desratizar, através de aplicação do produto em forma de iscas raticidas parafinados, em doses únicas, em cochos espalhados nos locais necessários. Na desratização, após a primeira intervenção (colocação de porta-iscas e iscas), trimestralmente, deverão ser inspecionados todos os porta-iscas. No caso de falta do produto utilizado (veneno), deverá ser feita a reposição imediata.
- h) Vasculhar os locais que poderão servir de esconderijo para os escorpiões e aplicar o produto adequado.
- i) Os serviços de desinsetização deverão ser realizados sempre que for solicitado pelo CONTRATANTE. Caso sejam detectados pela unidade fiscalizadora a continuidade ou ressurgimento de pragas, o procedimento será repetido até a total eliminação.
- j) Considerando a área externa do prédio, deverá ser observada a distância máxima de 15 (quinze) metros entre os porta- iscas/pontos de iscagem. As iscas deverão ser postas em caixas porta-iscas. Essas caixas funcionam como ponto de esconderijo de roedores, além de proteger contra as intempéries e o acesso de animais não alvo.

4.5.2. Descupinização:

- a) Controlar as infestações de cupim em madeiras, paredes, eletrodutos, troncos e raízes de árvores com aplicação de produtos líquidos e pó químico, conforme seja o local;
- b) Fazer inspeção e aplicação do produto em toda a área constante no instrumento contratual, seja em solo, madeira seca no terreno, na construção de alvenaria, pisos, estantes, portas, portais, eletrodutos, e outros locais possíveis de infestação de cupins;

c) Fazer barreira química contra cupins em todos os lugares em que for necessária a proteção;

4.5.3. A empresa CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e os equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

4.5.4. Os produtos deverão ter as seguintes características:

a) Não causarem manchas aos revestimentos e mobiliário;

b) Serem antialérgicos;

c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;

d) Serem inofensivos à saúde humana;

e) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Sanitária do Ministério da Saúde através da Resolução – RDC n.º 52 de 22 de outubro de 2009 e atualizações.

4.6. Dos requisitos a serem atendidos pela CONTRATADA:

4.6.1. Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora do certame deverá comprovar que possui sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados.

4.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço em características semelhantes às descritas no objeto.

4.6.3. A empresa contratada deverá ser especializada e legalmente habilitada na prestação dos serviços de controle de pragas urbanas, abrangendo desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, com atuação em ambientes institucionais.

4.6.4. Deverá comprovar registro ativo junto ao Conselho Regional de Química (CRQ), e apresentar profissional responsável técnico qualificado.

4.6.5. Todos os produtos químicos utilizados deverão possuir registro na ANVISA e nos órgãos de vigilância sanitária competentes, sendo inócuos à saúde humana e ambiental, com apresentação de fichas técnicas e fichas de segurança (FISPQ).

4.6.6. A empresa deverá elaborar Plano de Execução dos Serviços, contemplando metodologia, tipos de produtos, periodicidade das aplicações, áreas de aplicação, cuidados sanitários e ambientais, conforme as diretrizes da RDC ANVISA nº 52/2009.

4.6.7. A CONTRATADA deverá ser empresa legalmente constituída, com autorização para prestação dos serviços pelos órgãos competentes, inclusive licença ou autorização expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

4.6.8. A mão de obra disponibilizada deverá ser qualificada e treinada para manuseio de produtos químicos e execução das atividades de controle de pragas e sanitização, observando as normas sanitárias e ambientais vigentes

4.6.9. Todos os materiais, equipamentos, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários à execução deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, com produtos que atendam aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos pela ANVISA, órgãos ambientais e legislações correlatas.

4.6.10. A CONTRATADA responsabiliza-se pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme.

4.7. Coberturas Complementares

4.7.1. Como coberturas complementares, a empresa contratada deverá:

- Fornecer comprovante ou relatório de execução dos serviços realizados;
- Prestar orientações quanto aos cuidados necessários após a aplicação dos produtos;
- Realizar atendimentos corretivos, quando tecnicamente justificável, dentro dos prazos definidos contratualmente;
- Utilizar técnicas e produtos adequados a ambientes com circulação de pessoas.

4.8. Requisitos de Habilitação Legal e Sanitária

4.8.1. Licenciamento sanitário: a contratada deverá comprovar que possui Licença de Funcionamento (ou Alvará Sanitário), emitida pela autoridade sanitária competente (Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual), com validade em dia, que a autorize a exercer a atividade de controle de vetores e pragas urbanas, conforme dispõe o capítulo II - requisitos de funcionamento , seção I - da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022.

4.8.2. Registro no Conselho Profissional: apresentação de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Química (CRQ) ou Conselho Regional de Biologia (CRBio), conforme a atividade preponderante, e comprovação de que o Responsável Técnico (RT) está devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho, conforme dispõe o capítulo II - requisitos de funcionamento , seção II - da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022.

4.8.3. Conformidade com ANVISA: declaração de atendimento à legislação pertinente, especialmente a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 622/2022 (ou a que a suceder), que dispõe sobre as boas práticas para a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

4.8.4. Certificação/Documentação: Comprovação de que os produtos saneantes desinfetantes a serem utilizados são devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA e de venda restrita a empresas especializadas, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 622 /2022 (ou a que a suceder).

4.9. Critérios de Sustentabilidade

4.9.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, nos termos da legislação vigente, incluindo:

- Utilização de produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes;
- Adoção de métodos que minimizem impactos ao meio ambiente;
- Redução da exposição de pessoas e animais a produtos químicos;
- Correto descarte de embalagens e resíduos gerados durante a execução dos serviços.

4.10. Garantia da contratação

4.10.1. A exigência de garantia contratual será avaliada pela Administração no momento da formalização do contrato, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do serviço, o valor estimado da contratação e o risco envolvido na execução.

4.10.2. Certificação/Documentação: Comprovação de que os produtos saneantes desinfetantes a serem utilizados são devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA e de venda restrita a empresas especializadas, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 622 /2022 (ou a que a suceder). Requisitos de Qualificação Técnica

4.10.3 A CONTRATADA deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço em características semelhantes às descritas no objeto. Indicação de marcas ou modelos

4.10.4. Não aplicável a contratação. A presente licitação visa garantir a mais ampla competitividade, admitindo-se a participação de todas as fabricantes e /ou modelos que atendam plenamente a execução do serviço. Da exigência de carta de solidariedade

4.10.5. Não será exigida carta de solidariedade. A exigência de carta de solidariedade é geralmente cabível em situações muito específicas, onde o risco de descontinuidade do fornecimento ou da assistência técnica do bem/produto/serviço é alto e pode comprometer a execução do contrato.

4.11. Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.12. Dos requisitos de vigência contratual:

4.12.1. O contrato terá a vigência por até 12 (doze) meses, admitida a sua prorrogação, por igual período limitado o prazo total de 10 (dez) anos, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração, conforme dispõe o artigo 107, Lei nº 14.133/2021.

4.13. Dos requisitos de necessidade de transição contratual:

4.13.1. Por tratar-se de serviço comum e amplamente contratado por diversos órgãos públicos, não há necessidade da transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e demais técnicas empregadas

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por funcionário designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 12h e de 13h00 às 16h.

4.14.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia

4.14.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Reajuste

4.15. Conforme preceitua a Lei nº 14.133/21, quando cabível, após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados. O reajuste será realizado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade (contado da data do orçamento estimado).

Demais requisitos

4.16. Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora do certame deverá comprovar que possui sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados.

4.16.1. A empresa contratada deverá ser especializada e legalmente habilitada na prestação dos serviços de controle de pragas urbanas, abrangendo desinsetização, desratização, descupinização, com atuação em ambientes institucionais.

4.16.2. Todos os produtos químicos utilizados deverão possuir registro na ANVISA e nos órgãos de vigilância sanitária competentes, sendo inócuos à saúde humana e ambiental, com apresentação de fichas técnicas e fichas de segurança (FISPQ).

4.16.3 A empresa deverá elaborar Plano de Execução dos Serviços, contemplando metodologia, tipos de produtos, periodicidade das aplicações, áreas de aplicação, cuidados sanitários e ambientais, conforme as diretrizes da RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA (RDC) ANVISA Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 (ou a que a suceder), que dispõe sobre as boas práticas para a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

4.16.4. A mão de obra disponibilizada deverá ser qualificada e treinada para manuseio de produtos químicos e execução das atividades de controle de pragas e sanitização, observando as normas sanitárias e ambientais vigentes.

4.16.5. Todos os materiais, equipamentos, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários à execução deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, com produtos que atendam aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos pela ANVISA, órgãos ambientais e legislações correlatas.

4.16.6. Emitir laudo técnico de execução a cada aplicação, com assinatura do responsável técnico.

4.16.7. Disponibilizar atendimento emergencial, caso ocorra reinfestação em prazo inferior ao previsto.

4.16.8. Responder civil e administrativamente por danos causados ao patrimônio, à saúde dos ocupantes ou ao meio ambiente, em decorrência da má execução dos serviços.

4.16.9. Assegurar eficácia comprovada no controle e prevenção de infestações.

4.16.10. O edifício sede do CRCPE está instalado em uma área interna 2.338,79 m² e área externa de 1.608,19 m² .

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atender à necessidade de manutenção dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, foi realizado levantamento de mercado considerando soluções usualmente adotadas por órgãos públicos e instituições de natureza semelhante ao CRCPE.

5.2. O levantamento buscou avaliar as principais opções existentes, levando em conta critérios como viabilidade técnica, atendimento às normas sanitárias, capacidade de execução periódica, riscos envolvidos e aderência ao interesse público

5.3. Avaliação das alternativas possíveis:

No levantamento realizado, foram identificadas e analisadas as seguintes alternativas

a) Contratação eventual, sob demanda

Alternativa que consistiria na contratação pontual dos serviços apenas quando identificada infestação ou necessidade emergencial.

Análise:

Embora possível, essa solução não atende adequadamente ao caráter preventivo da necessidade. A contratação sob demanda tende a gerar custos mais elevados, maior risco de interrupção das atividades e exposição a situações emergenciais, além de dificultar o planejamento orçamentário e operacional.

b) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços periódicos

Alternativa que prevê a contratação de empresa especializada para execução regular e preventiva dos serviços, com periodicidade previamente definida.

Análise:

Esta alternativa mostrou-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente viável, garantindo a continuidade dos serviços, o atendimento às normas sanitárias, a redução de riscos à saúde e a previsibilidade das ações de manutenção preventiva.

5.4. Da análise dos processos supracitados, verifica-se que as contratações são similares, realizadas por meio de certame licitatório, com prazo de vigência dos contratos de 12(doze) meses, prorrogável por até 10 anos.

5.5. Posteriormente, para atendimento a norma supracitada, foram consultados:

a) Banco de Preços, através da ferramenta do banco de preços.

b) Cotações de preços junto a fornecedores.

5.6. O valor MÉDIO foi a metodologia adotada para obtenção dos valores de referência, conforme artigo 6º da IN SEGES/ME n. 65 de 07/07/2021.

5.7. Por se tratar de serviço comum, o mercado possui diversos fornecedores, sendo a contratação obrigatória, mediante adequado rito licitatório, conforme a Lei n.º 14133/21.

5.8. A edificação principal do CRCPE ocupa uma área interna de 2.338,79 m² e uma área externa de 1.608,19 m², totalizando 3.946,98 m².

Análise da Concorrência:

5.9. O levantamento não apontou restrição significativa de mercado. Identificou-se oferta regular do objeto pretendido, com alternativas similares entre diferentes marcas e representantes, permitindo o delineamento de especificações técnicas sem restringir a competição. Portanto, os requisitos mínimos definidos são adequados e proporcionais, não se verificando necessidade de flexibilização para ampliar a competitividade.

5.10. Diante do exposto, conclui-se que o mercado apresenta ampla oferta de bens e fornecedores aptos a atender à demanda, sem indícios de restrição à competitividade ou concentração de mercado. Os dados coletados demonstram a viabilidade da contratação pretendida, respeitando os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021.

Conclusão do Levantamento de Mercado

5.11. Dentre as soluções avaliadas, a contratação de empresa especializada para a prestação periódica dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas revelou-se a alternativa mais adequada para atender às necessidades do CRCPE, sendo esta a base para a definição da solução recomendada nos próximos tópicos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Serviços contínuos de desinsetização, desratização, e descupinização (controle de pragas e vetores) nas dependências da área interna e área externa do prédio do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – CRCPE, em Recife/PE, visando manter em boas condições sanitárias, com o combate a ratos, baratas, moscas, traças, percevejos, cupins, escorpiões, formigas, larvas de mosquitos, evitando assim, a proliferação dos mesmos, pois se constituem em agentes prejudiciais à saúde dos funcionários, prestadores de serviços, colaboradores e usuários do Conselho.

6.2. A solução foi estruturada de forma a assegurar a continuidade dos serviços, a eficiência operacional e a observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis, garantindo previsibilidade, segurança e economicidade para a Administração.

6.3. O serviço compreenderá aplicação periódica (trimestral para desinsetização, desratização e semestral para descupinização ou conforme demanda), utilizando produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, com garantia de eficácia, segurança para pessoas e animais e ausência de odor ou resíduos nocivos aos ambientes de trabalho. A aplicação deve ser realizada **fora do horário de expediente**, garantindo a não interrupção das atividades institucionais.

6.4. Exigências de manutenção e assistência técnica

6.4.1. Reaplicação gratuita durante o período de garantia, caso seja detectada ineficácia do serviço.

6.4.2. Apresentação de relatório técnico com os produtos utilizados e os locais atendidos.

6.4.3. Atendimento emergencial em até 48 horas, em caso de reinfestações ou solicitações extraordinárias.

6.4.4. Garantia mínima de 3 (três) meses por aplicação para desinsetização, desratização, e de 6 (seis) meses para os serviços de descupinização.

6.5. Além das coberturas obrigatórias previstas nos requisitos da contratação, a solução deverá contemplar as seguintes especificações complementares:

- Execução dos serviços de forma trimestral, conforme cronograma estabelecido pela Administração;
- Atendimento a ambientes administrativos e de atendimento ao público, considerando a circulação de pessoas;
- Utilização de produtos e métodos adequados a ambientes institucionais, devidamente autorizados pelos órgãos competentes;
- Emissão de comprovantes ou relatórios de execução após cada aplicação, contendo informações relevantes sobre os serviços realizados;
- Orientações técnicas quanto aos cuidados necessários após a execução dos serviços.

Essas especificações visam assegurar a efetividade da solução e a adequada gestão e fiscalização do contrato.

6.6. Classificação do objeto

6.6.1. O objeto da contratação é classificado como prestação de serviços comuns, nos termos da legislação vigente, uma vez que se trata de serviço padronizado, amplamente disponível no mercado e cuja execução pode ser definida por especificações usuais, sem necessidade de soluções personalizadas ou desenvolvimento tecnológico específico.

6.6.2. A contratação enquadra-se como serviço de natureza contínua, com execução periódica, voltado à manutenção das condições operacionais e sanitárias do ambiente institucional.

6.7. Justificativa técnica e econômica

6.7.1. Do ponto de vista técnico, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada para a execução dos serviços, tendo em vista a necessidade de atendimento às normas sanitárias, o uso de produtos controlados e a exigência de responsabilidade técnica específica.

6.7.2. Sob o aspecto econômico, a prestação periódica e preventiva dos serviços apresenta-se mais vantajosa para a Administração quando comparada a contratações pontuais ou emergenciais, reduzindo custos decorrentes de danos ao patrimônio, interrupções das atividades e intervenções corretivas não planejadas.

6.7.3. Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, assegurando a continuidade dos serviços e o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base na necessidade de manutenção preventiva periódica dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, considerando as características das instalações do CRCPE e a prática já adotada pela instituição.

7.2. Os serviços serão realizados trimestralmente, para os serviços de desinsetização e desratização totalizando 4 (quatro) aplicações durante o ano, para o serviço de descupinização será realizado semestralmente, totalizando 02 (duas) vezes ao ano.

7.3. As quantidades estimadas poderão ser ajustadas, se necessário, mediante justificativa técnica e conforme as condições contratuais estabelecidas, respeitados os limites legais e o interesse da Administração.

7.4. Para efeito de orçamento às empresas especializadas, foi considerada a áreas internas e externas medindo 3.946,98 m².

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.150,04

8.1. Metodologia adotada para estimativa do valor

8.1.1. A metodologia baseada em Banco de Preços não foi adotada para a estimativa do valor da contratação, tendo em vista a inexistência de registros compatíveis com o objeto específico de **Controle de pragas urbanas (dedetização, desratização e descupinização)**.

Diante da inviabilidade de utilização do Banco de Preços, a Administração adotou metodologia alternativa, consistente na:

- Pesquisa direta com fornecedores especializados, mediante solicitação formal de propostas comerciais;
- Coleta de, no mínimo, 03 (três) cotações válidas, emitidas por empresas do ramo de controle de pragas urbanas;
- Análise crítica das propostas, considerando a compatibilidade técnica com o objeto, abrangência dos serviços, periodicidade e insumos utilizados;
- Adoção de medida de tendência (média/mediana), com eventual exclusão de valores inexequíveis ou excessivamente elevados, devidamente justificada.

8.1.2. Verificou-se que os dados disponíveis referem-se a serviços distintos, sem equivalência técnica quanto à natureza, metodologia de execução, insumos e unidade de medida, o que comprometeria a fidedignidade da estimativa.

8.2. Fundamentação Legal

8.2.1. A presente estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, podendo ser aferido por meio de diferentes parâmetros, desde que devidamente justificados.

8.3. Da Impossibilidade de Utilização do Banco de Preços

8.3.1. Inicialmente, foi realizada tentativa de levantamento de preços por meio de consulta ao Banco de Preços e demais sistemas referenciais disponíveis. Contudo, verificou-se a **inexistência de registros compatíveis com o objeto da contratação**, pelos seguintes motivos:

8.3.1.1. A Administração realizou levantamento preliminar junto a sistemas de referência de preços públicos (Banco de Preços e similares), com o objetivo de subsidiar a estimativa do valor da contratação.

8.3.1.2. Contudo, verificou-se que os registros disponíveis apresentam incompatibilidade com o objeto pretendido, especialmente no que se refere à metragem das áreas consideradas nas contratações pesquisadas, as quais divergem significativamente da área real da sede desta Administração.

8.3.1.3. Ressalta-se que os serviços de controle de pragas urbanas (dedetização, desratização e descupinização) possuem seu custo diretamente vinculado à extensão da área (m²), grau de infestação, características estruturais e periodicidade **de aplicação**, de modo que a utilização de parâmetros baseados em metragens distintas compromete a adequada formação do preço estimado.

8.3.1.4. Assim, a adoção de valores oriundos de contratações com áreas superiores ou inferiores à realidade da sede poderia gerar distorções relevantes, resultando em estimativa incompatível com o mercado e com o princípio da economicidade.

8.3.1.5. Diante disso, optou-se por não utilizar os dados do Banco de Preços, adotando-se, em substituição, a pesquisa direta com fornecedores especializados, garantindo maior aderência às especificidades do objeto e à realidade da Administração, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1.6. Dessa forma, assegura-se que o valor estimado da contratação reflita, de maneira mais precisa, os preços praticados no mercado para serviços equivalentes, considerando as características reais da área a ser atendida.

8.5. Da Adequação da Pesquisa

8.5.1. A metodologia adotada assegura que os valores estimados:

- Refletem os **preços praticados no mercado atual**, especificamente no segmento de controle de pragas;
- Consideram as **peculiaridades técnicas do objeto**, tais como tipo de infestação, área tratada, frequência de aplicação e produtos regulamentados;
- Atendem aos princípios da **razoabilidade, economicidade e vantajosidade** para a Administração Pública.

CONCLUSÃO

8.5.3. Diante do exposto, conclui-se que a não utilização do Banco de Preços encontra-se devidamente justificada, tendo sido adotada metodologia alternativa idônea e compatível com o objeto da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução adotada para a presente contratação não comporta parcelamento do objeto, tendo em vista que os serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas constituem um conjunto único, contínuo e interdependente de atividades, cuja execução integrada é essencial para a efetividade dos resultados pretendidos.

9.2. O parcelamento do objeto poderia comprometer a eficiência da prestação dos serviços, dificultar a gestão e a fiscalização contratual, além de aumentar os riscos sanitários decorrentes da eventual fragmentação das responsabilidades técnicas. Ademais, a execução por uma única empresa especializada favorece a padronização dos métodos, a continuidade das ações preventivas e a responsabilização adequada quanto aos resultados alcançados.

9.3. Ressalta-se que, embora não haja parcelamento do objeto, a execução dos serviços ocorrerá de forma periódica e programada, com periodicidade trimestral, o que atende às necessidades operacionais da Administração sem prejuízo à competitividade do certame ou à economicidade da contratação.

9.4. Dessa forma, a não adoção do parcelamento mostra-se tecnicamente justificada e alinhada ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na legislação vigente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou interfiram diretamente em sua execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) do exercício de 2026, Demanda vinculada ao Plano de Contratação Anual (PCA) Item (67). Demonstrando o adequado alinhamento entre a necessidade identificada e o planejamento institucional do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – CRCPE.

Projeto: 5008 MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Conta-Contábil: 6.3.1.3.02.01.030 MANUTENÇÃO E CONSERV. DOS BENS IMÓVEIS

11.2. A inclusão da demanda no PCA 2026 evidencia que a contratação foi previamente planejada, em consonância com os princípios da governança, do planejamento e da eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando contratações emergenciais e garantindo maior previsibilidade orçamentária e operacional.

11.3. A execução dos serviços de **desinsetização, desratização e descupinização** é essencial para:

- Preservar a saúde dos servidores, colaboradores e usuários;
- Evitar a proliferação de vetores e pragas urbanas;
- Garantir condições adequadas de funcionamento das atividades administrativas;
- Atender às normas sanitárias e de vigilância.

Trata-se, portanto, de **serviço contínuo e indispensável**, cuja ausência pode comprometer o ambiente institucional.

11.4. A contratação está alinhada aos objetivos estratégicos da Administração, especialmente no que se refere a:

- Promoção de ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Manutenção da infraestrutura predial;
- Eficiência na gestão administrativa.

11.4.1. Além disso, a contratação contribui para o cumprimento de boas práticas de governança e gestão pública.

11.5. Diante do exposto, verifica-se que a presente contratação está **plenamente alinhada ao planejamento institucional**, atendendo às necessidades da Administração e observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização e descupinização) proporcionará benefícios relevantes ao Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – CRCPE, proporcionará os seguintes benefícios à Administração:

12.1.1. Melhoria das Condições de Saúde e Segurança

12.1.1.1. A execução periódica dos serviços contribuirá para a **eliminação e controle de vetores e pragas urbanas**, reduzindo riscos à saúde de servidores, colaboradores e usuários das instalações públicas.

12.1.2. Adequação às Normas Sanitárias

12.1.2.1. A contratação assegura o cumprimento das exigências dos órgãos de vigilância sanitária, evitando irregularidades, notificações ou penalidades decorrentes da ausência de controle adequado de pragas.

12.1.3. Preservação do Patrimônio Público

12.1.3.1. O controle de pragas, especialmente de cupins e roedores, contribui diretamente para a **conservação das estruturas físicas, mobiliários e arquivos**, evitando danos materiais e custos futuros com reparos.

12.1.4. Continuidade das Atividades Administrativas

12.1.4.1. Ambientes livres de infestação garantem melhores condições de trabalho, evitando interrupções nas atividades institucionais e assegurando a regular prestação dos serviços públicos.

12.1.5. Economicidade e Redução de Custos

12.1.5.1. A atuação preventiva reduz a necessidade de intervenções emergenciais, que normalmente possuem custos mais elevados, promovendo o uso mais eficiente dos recursos públicos.

12.1.6. Melhoria do Ambiente Organizacional

12.1.6.1. A manutenção de ambientes limpos e salubres contribui para o bem-estar dos usuários e servidores, refletindo positivamente na produtividade e na imagem institucional.

12.1.7. Contratação Especializada e Segura

12.1.7.1. A execução por empresa qualificada garante o uso adequado de produtos e técnicas regulamentadas, assegurando maior eficiência e segurança na prestação dos serviços.

12.1.8. Atendimento ao Interesse Público

12.1.8.1. A contratação atende ao interesse público ao proporcionar um ambiente adequado, seguro e em conformidade com as normas legais, reforçando os princípios da eficiência e da boa gestão.

12.2. A execução periódica e preventiva dos serviços reduzirá significativamente o risco de infestações, evitando intervenções emergenciais, paralisações de atividades e prejuízos ao patrimônio, o que impacta diretamente na eficiência operacional e na continuidade dos serviços administrativos e de atendimento ao público. A previsibilidade das ações de manutenção favorece o planejamento institucional e a racionalização dos recursos públicos, promovendo maior economicidade ao longo da vigência contratual.

12.3. Além disso, a contratação assegura melhores condições de saúde e segurança para servidores, colaboradores, conselheiros e usuários, fortalecendo a imagem institucional do CRCPE e proporcionando maior conforto e confiança nos ambientes de trabalho e atendimento. A atuação de empresa especializada possibilita a adoção de métodos adequados e atualizados, alinhados às boas práticas sanitárias e ambientais, reduzindo riscos operacionais e passivos administrativos.

12.4. Dessa forma, a solução proposta gera impacto positivo direto na qualidade dos serviços prestados pela instituição, na preservação da estrutura física e no cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para assegurar a adequada implementação da contratação e o alcance dos objetivos pretendidos, deverão ser adotadas providências administrativas, técnicas e institucionais que garantam a regularidade do processo, a boa execução contratual e a conformidade com a legislação vigente.

Gestão e fiscalização contratual

13.2. Será designado gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação aplicável, responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, controle da periodicidade estabelecida e avaliação da qualidade dos serviços prestados. A fiscalização deverá registrar formalmente as ocorrências relevantes, assegurando a rastreabilidade das ações e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

Comunicação institucional

13.3. Deverá ser assegurada a comunicação interna adequada acerca da execução dos serviços, especialmente junto às áreas afetadas pelas intervenções, a fim de orientar servidores, colaboradores e usuários quanto aos procedimentos, prazos e eventuais restrições temporárias de acesso aos ambientes durante a realização das dedetizações. A comunicação visa minimizar impactos operacionais e garantir a transparência das ações.

Adequação orçamentária e financeira

13.4. A contratação estará condicionada à existência de dotação orçamentária específica e suficiente, devidamente prevista no orçamento do exercício correspondente, observando-se as normas de execução orçamentária e financeira. Deverá ser garantida a compatibilidade entre o valor estimado da contratação, o Plano de Contratação Anual e a disponibilidade financeira da instituição.

Análise Técnica e documental

13.5. Antes da formalização da contratação, deverá ser realizada a análise técnica e documental do processo, verificando-se a conformidade dos documentos exigidos, a regularidade jurídica, fiscal e técnica da empresa contratada, bem como a aderência da solução proposta aos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização de Demanda.

Gestão de riscos e compliance

13.6. Deverá ser adotada abordagem de gestão de riscos ao longo de todo o ciclo da contratação, com identificação, análise e tratamento de riscos relacionados à execução dos serviços, à conformidade sanitária e ao cumprimento contratual. As ações deverão observar os princípios de compliance, transparência e controle interno, visando mitigar riscos operacionais, legais e institucionais, bem como assegurar a conformidade com a legislação e normativos internos do CRCPE.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas poderá gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados ao uso de produtos químicos durante a execução dos serviços.

14.2. Tais impactos, entretanto, tendem a ser mínimos e controláveis, desde que a execução observe as normas ambientais e sanitárias vigentes, incluindo a utilização de produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes, a adoção de métodos adequados ao ambiente institucional e o correto manejo e descarte de resíduos e embalagens.

14.3. A periodicidade trimestral dos serviços, aliada à atuação de empresa tecnicamente habilitada, contribui para a redução da necessidade de aplicações excessivas, mitigando riscos ambientais e promovendo práticas mais sustentáveis. Dessa forma, os possíveis impactos ambientais associados à contratação são considerados aceitáveis e compatíveis com a natureza do serviço, desde que observados os critérios de sustentabilidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas é viável sob os aspectos técnico, econômico, administrativo e ambiental, atendendo às necessidades institucionais do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – CRCPE.

15.2. A viabilidade técnica da contratação está fundamentada na existência de soluções amplamente disponíveis no mercado, executadas por empresas especializadas e licenciadas, capazes de atender aos requisitos definidos neste ETP. Sob o aspecto econômico, a contratação periódica e preventiva apresenta-se mais vantajosa do que intervenções emergenciais, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos.

15.3. Do ponto de vista administrativo, a contratação encontra-se devidamente alinhada ao Planejamento Institucional e ao Plano de Contratação Anual – PCA 2026, garantindo previsibilidade, governança e conformidade com a legislação vigente. Quanto ao aspecto ambiental, os impactos associados à execução dos serviços são controláveis e mitigáveis, desde que observadas as boas práticas e normas aplicáveis.

15.4. Dessa forma, restam atendidos os pressupostos necessários para o prosseguimento do processo de contratação, recomendando-se a continuidade dos trâmites administrativos para a formalização do respectivo procedimento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CYNTHIA MARIA BEZERRA FERRAZ

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

MARIA PATRICIA FIRMINO RODRIGUES

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

LUCIA HELENA PASSOS DE ARAUJO

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

LUCIENE MARIA LINS DO NASCIMENTO MALTA

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

KARLOS EDUARDO TRAVASSOS DE LIMA MOTA

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Preço.pdf (453.12 KB)
- Anexo II - Mapa Comparativo De Precos.pdf (258.78 KB)
- Anexo III - 05 - MAPA DE COTACAO DE PRECOS II.pdf (236.55 KB)